



MEDTROP

54º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA TROPICAL

02 a 05 Setembro 2018 Centro de Convenções de Pernambuco | Olinda PE



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

GOVERNO DO MARANHÃO



socorroepidemiologia@gmail.com

SELO LEGAL: EXPERIÊNCIA BEM-SUCEDIDA NO CONTROLE DA INFESTAÇÃO POR *Aedes Aegypti* EM PONTOS ESTRATÉGICOS EM SÃO LUÍS, MARANHÃO

Maria do Socorro da Silva^{1,2}; Maria dos Remédios Freitas Carvalho Branco³; Pedro Souza Tavares¹; Teresinha de Jesus Jardim Dutra Lobo¹

¹Vigilância Epidemiológica - Secretaria Municipal de Saúde – São Luís – MA; ²Secretaria de Estado de Saúde - Maranhão; ³Universidade Federal do Maranhão

INTRODUÇÃO

Os pontos estratégicos (borracharias, ferros velhos, sucatas e similares) são celeiros de criadouros de *Aedes aegypti*. Para auxiliar o controle vetorial foi implantado o projeto “selo legal” em São Luís - MA.

OBJETIVO

Orientar, supervisionar e regularizar 802 estabelecimentos de acordo com as normas da vigilância sanitária e conforme a lei municipal 13.301 de 27/06/2016.

MÉTODOS

Relato de experiência. Elaborou-se cronograma de visitas semanais a serem realizadas de agosto de 2016 a dezembro de 2017, envolvendo órgãos estaduais e municipais para supervisão em conjunto, na sede de 802 estabelecimentos comerciais. Os estabelecimentos que estavam adequados recebiam o adesivo (selo legal), fixado em local visível, e nova visita em 15 dias; os que não estavam adequados, recebiam novamente orientação e até duas novas visitas, intercaladas por sete dias de intervalo; caso a situação não fosse regularizada até a terceira visita, era gerado um auto de infração.

RESULTADOS

Em 2016 foram vistoriados 70 borracharias, 20 sucatas, 20 ferro velhos, 60 oficinas mecânicas, totalizando 170 estabelecimentos; destes, 100 (58,82%) receberam o selo legal. Em 2017 foram inspecionados 150 borracharias, 30 sucatas, 30 ferro velhos, 170 oficinas mecânicas, perfazendo 380 estabelecimentos; destes, 300 (78,95%) receberam o selo legal.

DISCUSSÃO

Percebe-se que o projeto conseguiu aumentar a certificação dos estabelecimentos de 58,82% para 78,95%, fazendo os proprietários perceberem que a forma de armazenamento inadequado proporcionava a proliferação de vetores.

CONCLUSÃO

O projeto contribuiu para sensibilizar e orientar os donos dos estabelecimentos quanto ao armazenamento correto e assim baixar a infestação vetorial.



Lançamento das ações do projeto selo legal



Fotos: Arquivo do Programa Municipal de Controle da Dengue